

Reflexão sobre o Capitalismo Português no Século XIX

Luís Alves de Fraga¹

Introdução

O texto que se segue resulta de uma reflexão breve sobre o processo social português e a formação de fortunas capazes de enfrentar os desafios de um século todo ele virado, no estrangeiro, para o desenvolvimento industrial aproveitando as descobertas tecnológicas apoiadas no desabrochar do conhecimento científico verificado, na Europa, no século XVIII.

Portugal, geograficamente, é um paradoxo: quem vem por mar e do Sul chega primeiro à Europa logo que põe pé em terras nacionais; todavia, para quem está na Europa, Portugal é o *fim* do Velho Continente. Ora, acontece que o desenvolvimento técnico não foi importado, ou seja, não chegou por via marítima aos grandes centros urbanos europeus; ele foi gerado nos grandes centros e fixou-se no continente, sendo que a sua *exportação* para o mundo se fez a partir dos portos marítimos franceses, ingleses e, mais dificilmente, alemães. Os Pirenéus serviram, para Espanha e Portugal, durante o final do século XVIII e todo o século XIX, de barreira ao avanço dos novos saberes que só interessaram a uma elite intelectual restrita. A Península Ibérica foi como que, para a Europa *desenvolvida* do século XIX, uma antecâmara do Norte de África. E acresceu a essa travagem geográfica do conhecimento o facto de, culturalmente, a Espanha e Portugal estarem espartilhados na cultura católica *governada* por um clero temeroso da toda a *modernidade*. O *contágio* ideológico fez-se ao arripio da Igreja e, por isso mesmo, sempre eivado, em Portugal, de preconceitos conservadores por estarem contaminados por duas concepções distintas: o absolutismo real e a preponderância de um clero retrógrado. E isto percebe-se logo em 1820 — aquando da Revolução Liberal — através da incapacidade de impor o novo regime separado da religião e do rei. De tal forma assim foi, que a prevalência Liberal, depois de 1834, se faz ao abrigo de uma Carta Constitucional outorgada pelo rei que estabeleceu o poder moderador na sua pessoa — uma verdadeira contradição do Liberalismo que deveria negar os laivos de um absolutismo que, afinal, imperou até 1910, data da mudança de regime em Portugal.

¹ Professor da Universidade Autónoma de Lisboa. Doutor em História.

Decididamente, o país, por falta de matérias-primas imprescindíveis ao novo surto de desenvolvimento — o carvão e o ferro —, fechou-se sobre a costumada agricultura, apoiando-se na tradição que havia conformado a mentalidade do Povo, entendendo-se este segundo as diferentes perspectivas possíveis de o fazer. Só uma frágil cobertura de conhecimentos adquiridos na universidade vai separar o bronco trabalhador rural do bacharel citadino, urbano e, ao contrário do que se podia imaginar, provinciano, se olhado de Londres ou de Paris.

Nas próximas páginas vamos, de forma breve, reduzir o processo de gestação do capitalismo nacional, apreciando-o através das diversas distorções da evolução social e económica. Será uma reflexão pessoal resultante de uma crítica e de uma interpretação da abundante bibliografia existente, que parcialmente descreve o fenómeno capitalista português. É difícil encontrar uma síntese dos fenómenos económicos e sociais entrosando-os na vontade de perceber as mútuas influências geradas.

Esperamos que a nossa abordagem breve ajude à compreensão de uma complexidade difícil de resumir.

Da agricultura para o capitalismo em Portugal

O Liberalismo e a vitória Liberal, em 1834, criaram oportunidades de afirmação do capital financeiro que, por razões sociais próprias filiadas na persistência de um *absolutismo* na perspectiva social, se não fundamentou no domínio das indústrias, mas procurou afirmar-se no poder terratenente. Um burguês endinheirado — normalmente de formas ínvias e pouco estudadas ainda, mas não raro através da actividade negreira — não apostava na indústria como forma de aumentar o seu capital! Isso não lhe dava estatuto social! O estatuto vinha-lhe com a compra de terras de lavoura e a obtenção de um título de nobreza. Produzir vinho ou azeite era mais importante do que fabricar tecidos de lã ou algodão! Aliás, essa outra produção tinha mercados para se escoar: a Europa — Grã-Bretanha — e a América do Sul — Brasil. Assim, o capitalismo nacional fechou-se sobre a agricultura e sobre o comércio a grande distância. Essa característica rural e agrícola leva a que o capitalismo português tenha sido retrógrado e conservador.

Deste modo, os rendimentos do Estado, fruto do exercício da acção fiscal, vão assentar fundamentalmente, não na produção industrial, mas na produção agrícola e nas receitas das alfândegas. Estas últimas sendo maiores do que a outra, foram sendo

sempre, e cada vez mais, mais pequenas não por diminuição das exportações, mas por aumento das despesas estatais sem aumento dos impostos. E vejamos porquê.

A transmissão da propriedade agrícola opulenta e generosa abandona esse estatuto por causa do fim dos morgadios, aceites no absolutismo e proibidos no Liberalismo. A sucessiva divisão das grandes quintas em quintas mais pequenas reduziu o poderio dos seus proprietários em poucos anos, pois a diminuição da dimensão da propriedade, por causa da partilha entre herdeiros, tornou-se o destino inevitável da velha terratenência. Assim, vão ter de se recriar fontes de rendimento para filhos que já não podem viver em exclusivo de pequenas quintarolas! E para onde se encaminham esses futuros herdeiros? Para Coimbra, afim de obterem um canudo de bacharel em Direito ou em Medicina e, dessa forma, angariarem a subsistência que a terra já não lhes pode oferecer. Mas os filhos destes bacharéis têm de encontrar nos estudos a salvação da sua vida, pois se para os pais já chegava mal o rendimento da propriedade, para eles menor era! Ora, o país abarrotava de bacharéis em Direito e clientela não havia para os sustentar. A saída para tal situação chega através do *empenho* do pai, que põe na aldeia toda a gente a votar no partido ou no candidato que lhe dá emprego para o filho numa repartição do Estado! O déficit torna-se crónico por causa desta *máquina infernal* de fazer *comedores* do erário público. Um erário que não crescia por via da produção agrícola — pois os poderosos não queriam ver baixar as suas rendas conseguidas à custa da exploração de uma mão-de-obra barata e faminta — e, menos ainda, por falta de existência de uma indústria — fosse ela qual fosse — capaz de abastecer o mercado interno e bater-se no externo com a concorrência.

O círculo fecha-se de uma forma mais sofisticada: não vivendo da terra, o proprietário dá-a de renda a um aldeão com ambições, que a vai explorar para dela tirar não só sustento como também poupanças que lhe dêem oportunidade de se tornar ele mesmo proprietário em pouco tempo — paga uma renda baixa, explora a terra o mais que pode, vende a preços convidativos os produtos da lavoura e, com o passar dos anos acaba propondo-se adquirir o que tomou de renda. É agora a vez do rendeiro adquirir um estatuto de quase terratenente, porque agrega a propriedade próxima do desmantelamento por via da partilha da herança dos vários herdeiros do antigo proprietário. Mas a prole de filhos deste rendeiro não pode sustentar-se só da exploração da terra como o pai! Não há terra para grandes ninhadas de descendentes! Há que se fazer uma *selecção natural*: uns vão ficar a trabalhar na lavoura, uns vão para o seminário para serem padres, outros vão trabalhar na cidade mais próxima, na capital do

distrito, naquilo e onde os velhos amigos do pai se governaram e amealharam o suficiente para serem donos de um pequeno negócio e outros, os mais letrados, isto é, os que sabem ler e escrever, a troco de o pai votar onde o maioral da terra manda, arranjam emprego em Lisboa num baixo cargo na máquina do Estado. Ocasionalmente, um filho mais espertalhão, ou sai do seminário e consegue, à custa de muito sacrifício pessoal, frequentar a universidade e chegar a licenciado, tendo na frente o ambicionado emprego no Estado ou, não tão esperto, aproveita o serviço militar, cumprido na cidade, para por lá ficar, transitando para a polícia cívica, guarda-fiscal ou mesmo, deixando-se permanecer no Exército ou na Armada. Mais uma barrigada a comer à conta de um orçamento que se compõe com o rendimento dos impostos, das receitas alfandegárias e dos empréstimos de curto prazo feitos no mercado interno, junto dos velhos bacharéis aposentados, que vivem das rendas fixas dos títulos do tesouro, ou dos empréstimos de longa duração contraídos nos mercados estrangeiros — de Londres, Paris ou Bruxelas — junto de aforradores que ganharam as suas poupanças através da indústria.

Como se vê, desta forma não foi possível gerar uma classe de capitalistas de grandes, médios e pequenos cabedais. Faltou a aposta na indústria, isto é, no progresso. Salvam-se algumas e raras excepções, detentoras de grandes fortunas que se cruzaram entre si para formar a elite que ainda hoje domina a alta finança do país, que jogou, efectivamente, na produção fabril — através de cruzamentos com famílias estrangeiras — e deu origem aos escassos pólos de desenvolvimento nacional. Um desenvolvimento que foi condicionado politicamente por Salazar com receio de que uma industrialização, no final da década de vinte do século passado, desse origem a uma profunda e rápida transformação do tecido social português e levasse ao perigo da luta de classes por aceitação das teses marxistas, que havia estudado no seminário, já que as anarquistas *morreram* com o fim da Guerra Civil de Espanha.

Conclusão

Em síntese que, julgamos, percorre o ciclo da estruturação e desestruturação das grandes fortunas fundiárias nacionais e, ao mesmo tempo, o ciclo do crescente défice do orçamento estatal por força de uma incapacidade de orientar para a produção industrial os pequenos, médios e grandes aforros obtidos na exploração da terra, por via da prática de uma agricultura tradicional, esboçámos os pilares sobre os quais se construiu o edifício da incapacidade capitalista portuguesa dar o salto para uma outra forma mais eficaz de reprodução de bens financeiros.

Julgamos que do exposto se percebe, com facilidade, que a mentalidade herdada do absolutismo — a posse da terra confere um estatuto social — se manteve quase inalterada até ao começo da segunda metade do século XX, tempo em que os investimentos industriais cresceram numa tentativa de marcar posição nos mercados internos e internacionais. E, por isso, não temos dúvidas que a incapacidade, mostrada no último quartel do século XX, de saber aplicar reprodutivamente os financiamentos postos à disposição nacional resultantes da adesão à CEE foi ainda uma consequência da persistência dessa mentalidade herdada do século XVIII e firmemente continuada ao longo do século XIX. No final da centúria passada já não se tratou de adquirir terras para afirmação de um poder e grandeza pessoais, mas tão-somente de, através da compra de uma segunda ou terceira casa, de um automóvel de luxo e de outras manifestações exteriores de alta estatura financeira, exhibir o mesmo tipo de postura dos antigos terratenentes do absolutismo e do Liberalismo nacional. Em suma, os Portugueses não sabem lidar com o dinheiro de forma a construírem pequenos, médios ou grandes *impérios* financeiros capazes de subsistirem mais de uma ou duas gerações familiares, porque, importante é marcar posição social num tempo de abundância, esquecendo a continuidade no devir.

Bibliografia

A complexidade do tema torna quase impossível indicar uma listagem de referências bibliográficas, porque seria extensa. Contudo, julgamos, muito do que foi por nós referido pode encontrar-se parcialmente tratado por autores como A. H. de Oliveira Marques na sua *História de Portugal* complementada, para além de outras, com a *História da Primeira República*, ou Manuel Villaverde Cabral com *Portugal na Alvorada do Século XX: Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914* e *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX* e, ainda, *Materiais para a História da Questão Agrária em Portugal, séculos XIX e XX* ou, em colaboração com outros, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental, 1950-1970*. Não podemos esquecer — não tanto pela fundamentação documental, mas pela capacidade de análise e interpretação do sentir nacional e a proximidade aos acontecimentos relatados — Oliveira Martins e alguns dos seus ensaios: *História de Portugal*, *História Contemporânea de Portugal* e *História da Civilização Ibérica*.

Estranhos a esta temática não foram nem Orlando Ribeiro — que soube estabelecer a relação entre a terra e o Homem português nas suas diferentes mutações — nem Jorge Dias — que, numa perspectiva antropológica, soube olhar, como mais ninguém, para a herança cultural dos Portugueses, nem, ainda, por causa do seu olhar crítico dos Portugueses, Miguel de Unamuno.

Em tudo o que, ao longo dos anos, fomos lendo encontrámos os materiais que sedimentaram o entendimento que fizemos da interligação da mentalidade, da fortuna e da mobilidade social da nossa Gente.

Portela de Sacavém, Janeiro de 2014



Palavras-chave: Capitalismo, Portugal, Liberalismo, Absolutismo, Agricultura, Indústria, Défice.